



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

PROJETO DE LEI Nº ____/2025.

Institui a Política Estadual de Apoio Estrutural, Inclusão Social, Desenvolvimento e Valorização Cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Tocantins, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Apoio Estrutural, Inclusão Social e Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, no âmbito do Estado do Tocantins, destinada a promover a melhoria da qualidade de vida, o acesso a serviços públicos essenciais, o fortalecimento cultural e o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de que trata esta Lei:

- I – promover ações que assegurem melhorias de infraestrutura básica, compreendendo acesso, mobilidade, estradas vicinais, pontes, eletrificação rural, abastecimento de água e saneamento adequado;
- II – garantir prioridade de atendimento às comunidades quilombolas nos programas estaduais de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, agricultura familiar e desenvolvimento rural;
- III – incentivar ações voltadas à agricultura familiar, agroecologia e produção sustentável, promovendo autonomia econômica e segurança alimentar;
- IV – fomentar a preservação e valorização da identidade cultural, histórica e territorial das comunidades quilombolas;
- V – apoiar ações de capacitação, inclusão produtiva e desenvolvimento social, promovendo oportunidades de geração de renda;
- VI – estimular o uso de tecnologias sociais e sustentáveis para melhoria da infraestrutura local e do bem-estar coletivo.

Art. 3º Para a execução da Política, constituem-se como diretrizes:

- I – priorização de obras e intervenções de infraestrutura que garantam acesso seguro e permanente às comunidades quilombolas;
- II – apoio aos programas de eletrificação rurais e incentivos ao uso de energias renováveis, quando aplicável;



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

III – ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e das condições de saneamento básico;

IV – incentivo à educação contextualizada, ao fortalecimento da infraestrutura escolar, ao transporte adequado de estudantes e ao acesso a materiais pedagógicos específicos;

V – fortalecimento dos serviços públicos de saúde rural, com ampliação de visitas de agentes comunitários e ações de prevenção e promoção da saúde;

VI – apoio a iniciativas de assistência técnica rural, extensão produtiva e desenvolvimento comunitário;

VII – promoção, proteção e difusão do patrimônio cultural, histórico e imaterial dos quilombos;

VIII – incentivo a parcerias com instituições de ensino, pesquisa e organizações da sociedade civil para desenvolvimento de projetos formativos, culturais e socioeconômicos.

Art. 4º A execução das políticas poderá ser realizada em cooperação com:

I – Municípios do Estado do Tocantins;

II – instituições de ensino, pesquisa e extensão;

III – organizações da sociedade civil;

IV – entidades representativas das comunidades quilombolas.

Art. 5º As comunidades quilombolas poderão ser consultadas e envolvidas na formulação, acompanhamento e execução de programas e ações que afetem seus territórios e modos de vida, garantindo participação social e respeito às tradições.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
JUSTIFICATIVA

As comunidades remanescentes de quilombo desempenham papel fundamental na formação histórica, social e cultural do Estado do Tocantins. Contudo, diversas delas ainda enfrentam dificuldades severas relacionadas à infraestrutura básica, acesso a serviços públicos essenciais, mobilidade, saneamento, energia, educação contextualizada, segurança alimentar e inclusão socioeconômica.

Embora o Estado já possua importantes instrumentos normativos voltados à promoção da igualdade racial e à proteção das comunidades quilombolas, nenhum deles institui, de forma ampla e sistemática, uma política estadual de apoio estrutural, inclusão social e desenvolvimento comunitário voltada especificamente às comunidades quilombolas, razão pela qual a presente proposição se faz necessária.

Nesse contexto, destaca-se inicialmente o Decreto nº 6.765, de 26 de março de 2024, que criou o Programa Aquilomba Tocantins, com o objetivo de promover ações intersetoriais para garantia de direitos das populações quilombolas. Embora seja iniciativa relevante, trata-se de norma infralegal, que pode ser alterada ou extinta a qualquer tempo, além de não possuir detalhamento suficiente quanto às diretrizes de infraestrutura, inclusão social e desenvolvimento comunitário que esta proposição busca estabelecer de forma permanente.

Ressalta-se também a Lei nº 4.344, de 2023, que instituiu reserva de vagas em concursos públicos estaduais para negros, indígenas e quilombolas, bem como a norma, que criou a Secretaria da Igualdade Racial e sua estrutura administrativa, incluindo a Diretoria destinada às comunidades quilombolas e tradicionais. Tais diplomas reforçam o compromisso institucional do Estado com essas populações, mas possuem escopo restrito e não abordam ações estruturais de infraestrutura, mobilidade, saneamento, abastecimento de água, eletrificação rural e apoio à agricultura familiar.

No âmbito educacional, o Plano Estadual de Educação (Lei nº 2.977, de 2015) prevê que as políticas públicas considerem as especificidades das populações do campo, indígenas e quilombolas, porém limita-se às diretrizes da educação, não contemplando outros eixos essenciais de desenvolvimento comunitário.

Diante desse cenário, verifica-se que o Estado do Tocantins ainda carece de uma lei específica que organize, articule e estabeleça diretrizes permanentes para políticas de infraestrutura, inclusão, proteção socioeconômica e valorização cultural das comunidades quilombolas. A presente proposição, portanto, não cria obrigações administrativas específicas ao Poder Executivo, mas estabelece bases



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

legais, objetivos amplos e diretrizes estruturantes, permitindo que futuros programas, investimentos e ações governamentais sejam planejados com continuidade, segurança jurídica e participação social.

A Política Estadual ora proposta harmoniza-se com os marcos normativos já existentes, complementa o Programa Aquilomba Tocantins e fortalece o compromisso constitucional com a dignidade humana, a igualdade material, o desenvolvimento sustentável e a valorização dos modos de vida tradicionais.

Pelo exposto, trata-se de medida necessária, oportuna e de elevado alcance social, razão pela qual se solicita o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Léo Barbosa
Deputado Estadual